

Tem um cheiro de recessão no ar

LÉA CRISTINA

Tem cheiro de recessão no ar. É só cheiro mesmo, já que, afinal, não se pode falar em recessão num ano em que o país deve registrar um crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) — soma de bens e serviços produzidos no país. A questão é que a expansão de 1995 será puxada pelo primeiro semestre. Para que a balança comercial possa adquirir algum equilíbrio e para que a inflação se mantenha no nível atual, dizem analistas, a economia tem que ter um segundo semestre de baixa atividade e, portanto, o melhor é que o Governo mantenha a política monetária sob forte aperto.

Ou seja, manter o crédito restrito e, por enquanto, taxas de juros elevadas. Ou medidas como as que elevaram em 411% o número de concordatas pedidas em maio, na comparação com o mesmo mês de 1994, em 70% o das falências, e em 132% o dos títulos protestados, segundo a Serasa, empresa que concentra os dados do sistema bancário. Ou ainda o que está fazendo a General Motors: dar férias coletivas.

A questão é que não dá para saber até onde podem ir as consequências deste aperto monetário. O economista Edward Amadeo, da PUC, lembra as idas e vindas da equipe econômica em relação aos compulsórios bancários e diz que o Governo não pode adotar medidas e logo depois criar atenuantes, sem observar os resultados efetivos:

— Tem que esperar para ver os efeitos e só depois afrouxar, se for o caso, obviamente.

Mas a questão é que o aperto monetário que vem sendo promovido implica grandes riscos, acentua o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, para quem a manutenção das taxas de juros nos níveis atuais, por tempo excessivo, poderá levar a economia a um desaquecimento em níveis acima do previsto:

— Os juros têm que ter redução progressiva, do contrário a desaceleração da economia ficará acima do que se espera, provocando uma recessão.

O também ex-ministro Mailson da Nóbrega não acredita num desaquecimento maior do que o previsto. Mas ele acha que a situação é complicada. Segundo Mailson, aperto monetário é a alternativa dolorosa para se reduzir a atividade de uma economia. E sem ajuste fiscal, continua, não há outros instrumentos disponíveis para manter o equilíbrio econômico:

— Sem o ajuste fiscal, nos restam instrumentos como crédito e juros. E como não se fará um ajuste no segundo semestre, é preciso que haja continuidade das medidas restritivas para evitar repique inflacionário e problemas na balança comercial.

O economista José Guilherme Reis, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que as medidas adotadas em fevereiro frearam a cadeia produtiva e diz que se o ritmo de desaceleração se mantiver haverá um esfriamento do mercado bastante acentuado no segundo semestre:

— É preciso monitorar melhor os efeitos. Do contrário, podemos até observar a quebra de empresas. A idéia não é afrouxar o crédito e dizer que se dane o real: o Governo precisa é dar passos mais firmes na área fiscal.

